

**ATA NÚMERO 390/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009:  
10:00 Associação Portuguesa de Seguradores  
11:30 Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 388 e 389, referentes às reuniões de 16 e 17 de junho, respetivamente.
3. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014.  
Autora do parecer: Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP).  
[Comissão competente: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas].

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 915/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).
7. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).  
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
8. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Defende o futuro da CP carga.  
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
9. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.
10. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
11. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Presidente da CMVM sobre a situação dos detentores de papel comercial e outros produtos financeiros comercializados pelo BES.
12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a Deputados do Parlamento Federal Alemão e à ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais.
13. Informação sobre a participação do Presidente da Comissão no Seminário para Deputados e Analistas do Orçamento e outros Técnicos do Parlamento Nacional de Timor-Leste.
14. Apreciação e votação do relatório da audição da personalidade indicada para Governador do Banco de Portugal, elaborado nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro - Lei Orgânica do Banco de Portugal.  
Relator: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).
15. Outros assuntos.

- 1. Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009:**

#### **10:00 Associação Portuguesa de Seguradores**

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas à delegação da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 326/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), após o que deu a palavra à APS para uma intervenção inicial.

De seguida, em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Ivo Oliveira (PS), Nuno Serra (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo a delegação da APS usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à delegação da APS as informações prestadas.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a intervenção inicial da APS e a gravação da audição, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

#### **11:30 Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

O Senhor Presidente reiniciou, de imediato, os trabalhos, dando as boas vindas ao Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, enquadrando a audição nos mesmos termos da audição anterior, após o que o Senhor Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) efetuou uma intervenção inicial sobre o diploma em apreço.

No período de intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores Deputados Ivo Oliveira (PS), Nuno Serra (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Presidente da ASF intervindo para responder, individualmente, às questões colocadas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Presidente da ASF as informações prestadas.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a apresentação efetuada e a gravação da audição, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

**2. Apreciação e votação das atas n.ºs 388 e 389, referentes às reuniões de 16 e 17 de junho, respetivamente.**

As [atas n.ºs 388 e 389](#), referentes às reuniões de 16 e 17 de junho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**3. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para uma reunião da Comissão a convocar para o dia seguinte.

**4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para uma reunião da Comissão a convocar para o dia seguinte.

- 5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014.**

**Autora do parecer: Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP).**

**[Comissão competente: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas].**

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), dando nota das principais disposições da iniciativa, após o que interveio, em sede de debate, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou a relatora e efetuou uma sugestão de alteração de redação, que foi aceite. Não havendo intervenções adicionais, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- 6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 915/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 915/XII/4.<sup>a</sup> \(PCP\)](#), dando nota do objeto da iniciativa. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para saudar o autor do parecer, após o que o documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 7. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).**

**[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

Atenta a ausência do Grupo Parlamentar proponente, o presente ponto da Ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**8. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Defende o futuro da CP carga.**

**[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

Atenta a ausência do Grupo Parlamentar proponente, o presente ponto da Ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**9. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.<sup>a</sup> (PS) – Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) solicitou o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia para momento posterior, em simultâneo com a discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.<sup>a</sup> (BE), conexo, sendo esse aliás o objetivo que levava ao pedido de transferência do Projeto de Resolução do PS da Comissão de Economia e Obras Públicas para a COFAP.

**10. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.**

Atenta a ausência do Grupo Parlamentar proponente, o presente ponto da Ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**11. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Presidente da CMVM sobre a situação dos detentores de papel comercial e outros produtos financeiros comercializados pelo BES.**

Atenta a ausência do Grupo Parlamentar proponente, o presente ponto da Ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a Deputados do Parlamento Federal Alemão e à ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais.**

O presente ponto da Ordem do dia foi consensualmente adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**13. Informação sobre a participação do Presidente da Comissão no Seminário para Deputados e Analistas do Orçamento e outros Técnicos do Parlamento Nacional de Timor-Leste.**

O presente ponto da Ordem do dia foi consensualmente adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**14. Apreciação e votação do relatório da audição da personalidade indicada para Governador do Banco de Portugal, elaborado nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal.**

**Relator: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).**

Sobre o presente ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente recordou o pedido expresso feito ao Dr. Carlos da Silva Costa, na supracitada audição, de fundamentação sobre a invocação do dever de segredo do Banco de Portugal perante a Assembleia da República. O Senhor Presidente registou existirem indicações informais de que o Banco de Portugal havia remetido uma resposta à Comissão mas que esta não havia, à data, dado entrada, informando que iria diligenciar nesse sentido, termos em que a apreciação do presente ponto da Ordem do Dia deveria ser agendada para a reunião do dia seguinte da COFAP. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) que, atenta a urgência, solicitou o agendamento de uma reunião da Comissão para o final do plenário do presente dia, dando nota de não saber se o relator desejaria introduzir alguma alteração ao relatório relativamente à possível resposta do Banco de Portugal. O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), relator, considerou que o relatório descrevia factualmente o sucedido na audição em apreço, podendo ser apenso o documento que, entretanto, fosse rececionado na COFAP. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) considerou que o teor da resposta do Banco de Portugal poderia ser relevante, pelo que solicitou o adiamento da apreciação do presente ponto da Ordem do Dia para o dia seguinte. A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) defendeu não haver óbice á apreciação e votação do relatório em apreço, independentemente de



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

eventuais informações adicionais que pudessem vir a chegar à Comissão. O Senhor Presidente recordou, ainda, a questão suscitada na audição sobre um provável pedido de interpretação, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de qual a relação entre os deveres de segredo a que o Banco de Portugal está obrigado e os direitos do Parlamento no quadro desta avaliação.

### **11. Outros assuntos.**

Não foram suscitados outros assuntos.

Nestes termos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de junho de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Paulo Sá  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Catarina Marcelino  
Ivo Oliveira  
Michael Seufert  
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Nuno Reis  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos  
Vieira da Silva